

VALORIZAÇÃO DA RENDA E SUA DIFERENCIAÇÃO COM O PRODUTO NA ECONOMIA LOCAL¹

Romualdo Kohler².

¹ Projeto de pesquisa integrante do Grupo de Pesquisa Economia, Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Regional - UNIJUI.

² Professor do Curso de Ciências Econômicas - DACEC/UNIJUI - Graduação em Administração de Empresas, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Econômicas, Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNISC e Doutorado em Administração pela Universidad Nacional de Misiones - UNaM, Misiones/Argentina.

Introdução

Este trabalho de pesquisa busca acalorar o debate sobre a necessidade do olhar sistêmico na economia do território, como uma abordagem metodológica diferenciada na verificação do estágio de desenvolvimento local ou mesmo regional.

No território, se verifica uma economia com especificidades próprias, que conformam um ambiente distinto em relação a uma economia nacional, em especial, por se caracterizar como um espaço de livre fluxo real e monetário, qual seja, de pessoas, bens, serviços, rendas e capitais.

Neste recorte territorial, com estas especificidades, a diferenciação da renda com o produto interno bruto local carece de aprofundamento, a fim de contextualizar a importância econômica do fluxo de rendas no desenvolvimento destas economias.

Para assinalar a contenda em torno destes conteúdos, a pesquisa tem como objetivo a defesa do método de análise sistêmica na verificação do estágio de desenvolvimento de um município, para depois caracterizar e diferenciar o produto interno e a renda na economia local, buscando valorizar esta última a partir da verificação empírica de seu dimensionamento econômico.

Metodologia

A análise macroeconômica se consolidou na Ciência Econômica com a obra de John Maynard Keynes, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936 e que contrapôs a contemporânea e hegemônica visão microeconômica tradicional da Escola Clássica. Keynes avançou na leitura do desempenho do conjunto da economia e desafiou os teóricos clássicos, em especial, na exacerbação da oferta, na autossuficiência do mercado e no peso das políticas monetária e fiscal no dimensionamento econômico.

Entretanto, para nossos propósitos neste ensaio, se grifa que Keynes plantou a ideia da visão de conjunto e da incerteza quanto ao futuro dos eventos econômicos. Neste prisma, o de um olhar para o todo, permite vislumbrar a abordagem sistêmica que embasou o pensamento keynesiano.

Ora, sem muitas delongas, é contraproducente, contemporaneamente, afrontar a essência da teoria da complexidade e da teoria do caos. O universo é inegavelmente sistêmico, é composto de infindáveis sistemas menores que interagem entre si, criando um ambiente caótico, incerto, pela quantidade de variáveis instáveis envolvidas. Todas as ciências rumam nesta direção, e a Economia, enquanto produção de bens e serviços e geração/distribuição de renda, não foge a regra.

Isto implica em abstrair que as partes não são justapostas no todo e que um sistema complexo é formado de inúmeros outros sistemas complexos que interagem entre si.

Ao descortinar o palco das partes e do todo, contracenam metodologias distintas de análise, a dos sistemas integrantes, das partes, dos agentes microscópicos, e a do sistema integrador, do todo, do conjunto macroscópico. Em suma, simplesmente são abordagens diferenciadas de análise, que produzem leituras próprias, visto que são olhares de pontos distintos.

Assim, passa a ser pertinente a oportunidade de um olhar sistêmico na verificação do estágio de desenvolvimento socioeconômico de um município e/ou região, o que aponta que, para além de estudos no ambiente microeconômico local, necessário se faz uma visão de conjunto, macroscópica, do todo do território, na direção de produzir outras leituras que subsidiem ações de planejamento e intervenção na economia do local.

No Brasil, os 5.570 municípios contabilizados pelo IBGE, em 2013, são desprovidos de capacidade instalada para diagnosticar o conjunto de suas economias, seja pela falta de um grupo técnico especializado, seja pela falta de indicadores primários e secundários que permitam uma visão sistêmica do território.

O PIB - Produto Interno Bruto desses municípios, o único indicador disponível do conjunto da produção, é divulgado pelo IBGE com três anos de defasagem. Qual empresa pode ser bem gerida com informações de seu faturamento com tamanho hiato temporal? Não é prova irrefutável de que a economia local não possui uma governança estruturada?

Não bastasse, simplesmente inexistem dados sobre os fluxos da demanda agregada, como o consumo das famílias, o investimento produtivo, as exportações e importações para fora do território. Urgem também estudos sobre os estoques de fatores de produção, a base monetária, o volume de financiamento da economia, a disponibilidade de poupança local, entre outros.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XIX Jornada de Pesquisa

Em termos teóricos, aflora questionar se o PIB é o único, ou o melhor, indicador para medir o estágio de desenvolvimento territorial? Não existem outros indicadores macroscópicos de deveriam ser considerados em diagnósticos e análises das economias locais, como, por exemplo, a renda municipal?

Resultados e discussões

Em termos de contabilidade social, talvez um dos maiores gargalos esteja na atual insuficiência para trabalhar com um balanço patrimonial, o que indica a simples mensuração de fluxos reais e monetários, sem a consideração de estoques iniciais e finais de fatores de produção. Isto é um limite extremo que dificulta o diagnóstico e a análise da efetiva capacidade de produção e geração de riqueza de uma economia.

Com estas considerações, se abrem as comportas para indicar diferenças teóricas substantivas entre os fundamentos da macroeconomia nacional e local, em especial, no dimensionamento da base monetária local (ver KOHLER, 2003) e na relação entre investimento e poupança, com a valorização dos estoques de fatores de produção na definição do produto e da renda locais (ver KOHLER, 2011).

Primeiramente, no trato da base monetária, ao contrário da conformação teórica da exogeneidade da oferta de moeda em uma economia nacional, se assume que no local essa oferta é endógena, ou melhor, que o dimensionamento da quantidade de moeda física oficial se dá pelo fluxo de rendas da economia local com seu exterior. Como a principal função da moeda é de se constituir como intermediária das trocas se aponta para a dependência intrínseca do desempenho econômico à sua disponibilidade, o que, de pronto, dimensiona a importância da avaliação do fluxo de rendas.

Neste cenário, se pode constatar que o fluxo de rendas com o exterior altera os estoques monetários e/ou financeiros da economia local e também aponta à formação de recursos disponíveis para financiamento do investimento, variável condicionante do crescimento econômico local.

O desempenho econômico dos municípios brasileiros, em termos macroeconômicos, é avaliado somente pela produção, através do PIB - Produto Interno Bruto. Todavia, o processo produtivo é um processo gerador de renda, pela remuneração dos fatores de produção, os insumos, em termos econômicos, de qualquer bem ou serviço. Assim, o valor do produto se equivale ao valor da geração da renda, ou melhor, aos salários, aluguéis, juros, lucros e tributos gerados no processo produtivo. O que os difere é que, enquanto o produto indica o fluxo de produção, a renda aponta para o fluxo de apropriação, enquanto remuneração da propriedade dos fatores de produção mais tributos.

Nesta linha de raciocínio e na direção de corroborar as premissas levantadas, se buscou dados disponíveis sobre um tipo de fluxo de rendas, o das aposentadorias e pensões da previdência pública federal, enquanto transferência de rendas às unidades familiares locais, que, nos últimos anos, tem aumentado sua importância relativa na formação da renda da maioria dos municípios país afora, comparando-o com o fluxo de arrecadação da mesma previdência.

Assim, para valorizar a renda local e diferenciá-la do produto local, se pesquisou estatísticas sobre o fluxo monetário da previdência pública nos municípios de Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo e Santa Rosa, os maiores em contingente populacional na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Os dados, tendo como fonte INSS-SINTESE/DATAPREV, mostram as rendas convergentes, pelo ingresso de aposentadorias e pensões, e rendas divergentes, pela saída de tributos arrecadados pela previdência, sendo possíveis relações destas variáveis com o Produto Interno Bruto dos municípios (FEE), para dimensionar o peso econômico destes fluxos.

As estatísticas apontam para a importância dos benefícios pagos pela previdência pública nas unidades selecionadas, com destaque para Santo Ângelo, cujo montante pago representou, em 2010, expressivos 11,42% do seu PIB, desempenho superior aos demais municípios, embora sem desprezar suas grandezas econômicas, quais sejam, de 6,03% em Cruz Alta, 6,92% em Panambi, 7,70 em Santa Rosa e 7,90% em Ijuí.

Quando se avaliou o fluxo líquido de rendas, ou seja, o cotejo entre a arrecadação previdenciária com o valor dos benefícios pagos, Santo Ângelo também apresenta a melhor performance, com 7,92% de seu PIB, seguido por Ijuí 4,87%, Santa Rosa 3,70%, Cruz Alta 2,97% e Panambi 2,25%, respectivamente.

De pronto se conclui que, neste recorte de rendas, a renda previdenciária recebida é maior que a renda previdenciária enviada, o que, nestas circunstâncias, *ceteris paribus*, indicaria uma renda municipal maior que o produto municipal.

Para grifar ainda mais o peso econômico dos benefícios pagos e do fluxo previdenciário líquido, se buscou a participação da agropecuária na economia dos municípios, até porque todos possuem suas raízes na agropecuária. Nesta direção, se buscou a relação das estatísticas previdenciárias com os valores disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do Valor Adicionado Bruto (VAB), a preços correntes, da Agropecuária e Total por município, também no ano de 2010.

Merece referência, que a opção pelo VAB se deu pela disponibilidade das estatísticas e que a diferença entre o Produto Interno Bruto a preços de mercado e o Valor Adicionado Bruto a preços de mercado são os impostos, líquidos de subsídios, sobre os preços correntes, o que nos permite um olhar qualificado sobre o impacto dessas variáveis na economia dos municípios.

Os dados mostram que os benefícios pagos em pensões e/ou aposentadorias superam o VAB agropecuário em todos os municípios selecionados, no ano de 2010, ou melhor, que a renda convergente pela transferência dos benefícios pagos no ano supera o valor do produto gerado diretamente pela agropecuária local, em Santo Ângelo, respectivamente, 12,48% e 6,28%, Ijuí 8,77% e 5,65%, Santa Rosa 8,54 e 5,14%, Panambi 7,79% e 6,04 e Cruz Alta 6,78% e 5,96%. Assim, o peso econômico das aposentadorias e pensões se engrandece nos municípios, até porque representam um efetivo ingresso mensal de recursos, que, para além de sua agregação direta, também produz efeitos multiplicadores induzidos nas economias locais.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XIX Jornada de Pesquisa

De outra forma, o saldo líquido do fluxo previdenciário nos permite referenciar a diferenciação entre produto e renda, e abstrair, conforme referenciamos, que, em uma condição “ceteris paribus”, a renda municipal seja superior ao produto interno municipal, já que todos os municípios apresentaram saldos positivos de ingresso de recursos: Santo Ângelo = 8,67% do VAB, Ijuí = 5,40%, Santa Rosa = 4,10%, Cruz Alta = 3,34% e Panambi = 2,53%, respectivamente.

Como nosso propósito não é esgotar o tema, muito pelo contrário, de destacar a necessidade e oportunidade de ampliar as incursões investigativas na área, se entende que a importância da diferenciação entre renda e produto restou comprovada e serve de subsídio para estudos de análise-diagnóstico do estágio de desenvolvimento de um território.

Conclusões

Contribuir na governança da economia local se conformou como a meta central dessa reflexão. De início, se epigrafou a complexidade de variáveis que interagem no ambiente e que a visão sistêmica é fundamental para o entendimento da economia neste recorte territorial, em complemento a outras metodologias comumente utilizadas.

De outra forma, para se falar em governança, necessário se faz a significação das variáveis envolvidas no processo e, nesta direção, se trabalhou com o destaque da valorização da renda e de sua diferenciação com o produto local. Um fluxo líquido positivo de rendas eleva os estoques monetários/financeiros do local e se torna decisivo no dimensionamento das economias municipais. A relação dos fluxos previdenciários com o VAB - Agropecuário seguiu na mesma direção, a de qualificar a importância da renda e diferenciá-la do produto local, sem querer menosprezar o setor primário, que produz importantes efeitos diretos à economia, para além de efeitos indiretos, ao longo da cadeia produtiva, e de efeitos induzidos pela circulação da renda gerada. Entretanto, a superação, em valores monetários, corrobora a grandeza do peso econômico das transferências previdenciárias.

Longe de esgotar questionamentos, a inspiração do artigo foi a de despertar a necessidade e oportunidade de maiores incursões investigativas, com vistas à governança da economia local.

Palavras chave: Economia local/regional, renda municipal e base monetária local.

Referências bibliográficas

- DILLARD, Dudley. A Teoria Econômica de John Mainard Keynes. 7^a ed., São Paulo: Pioneira, 1986.
- FEIJÓ, C. A., et. al. Contabilidade Social: O Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- KOHLER, Romualdo. Os fundamentos da macroeconomia local. Taubaté: Revista de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR, n.3, v.7, p.186-211, set./dez. 2011.
- KOHLER, Romualdo. Simulações acerca da relação entre oferta de moeda e crescimento de pequenas economias abertas. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XIX Jornada de Pesquisa

Sites consultados:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php, pesquisa em 14/10/2013, às 16:30 hs.

<http://www.previdencia.gov.br/estatsticas-municipais-2000-a-2010/>, pesquisa em 17/10/2013, às 9:32 hs.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=21&z=t&o=4&i=P>, pesquisa em 17/10/2013, às 10:06 hs.